



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DO GRUPO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST), DO SEU REAL PROPÓSITO, ASSIM COMO DOS SEUS FINANCIADORES

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2023

Requer ao Ministério Público do Trabalho, informações, pesquisas, estudos e documentos pertinentes a processos judiciais, julgados ou em processamento, bem como de procedimentos administrativo e termos de ajustamento de condutas sobre ocorrência de trabalho escravo ou análogas à de escravo no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base na Lei 1.579/1952 e art. 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja requisitado ao Ministério Público do Trabalho - MPT informações, pesquisas, estudos e documentos pertinentes a processos judiciais, julgados ou em processamento, bem como de procedimentos administrativo e termos de ajustamento de condutas e demais medidas típicas desta instituição sobre ocorrência de trabalho escravo ou análogas à de escravo no Brasil, em áreas urbanas ou rurais, inclusive com envio de cópias, preferencialmente em meio eletrônico.

Relevante que seja informada a identificação das ações judiciais, sua localização, as partes envolvidas, inclusive se houver expressa referência a integrantes do Movimento Sem Terra, e as peças que compõem os correspondentes processos, inclusive o deslinde dos feitos. Sejam também encaminhados documentos, normativos ou orientações e termos de ajustamento de conduta adotados pelo MPT sobre o tema.

Caso tenha ocorrido determinação de sigilo em algum processo, que os documentos sejam encaminhados com tal informação, resguardando que esta Comissão adotará as medidas para preservação da reserva de publicidade indicada.

JUSTIFICATIVA



Conforme as informações contidas nos relatórios da Fiscalização do Trabalho, coordenadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e de notícias sobre a atuação do Ministério Público do Trabalho com vistas a apuração e judicialização em relação à prática de trabalho escravo ou análogas à de escravo nas relações produtivas no Brasil, há identificação de milhares casos em que atividade econômica impõe aos trabalhadores a exploração da força de trabalho nessas circunstâncias, tanto em áreas rurais quanto urbanas, desdobrando-se em significativo número de procedimentos administrativos ou judiciais correspondentes.

A esta Comissão Parlamentar importa conhecer as principais linhas argumentativas adotadas por essa instituição, para apurar, combater ou mitigar a existência do aliciamento, exploração de trabalho escravo ou análogo a de escravo e as sanções perquiridas ou aplicadas, **inclusive na identificação de eventuais ocorrências envolvendo a atuação ou integrantes do Movimento Sem Terra no Brasil.**

Aliciados ou atraídos para o trabalho em fazendas, sítios ou em estabelecimentos produtivos de processamento de matéria-prima provenientes do campo, os/as trabalhadores/as têm enfrentado condições degradantes e indignas, jornadas excessivas, sujeição por dívida ou cerceamento de liberdade e outras condições afrontantes às normas brasileiras e internacionais dos parâmetros civilizados definidos no marco do Direito do Trabalho.

Em decorrência das medidas administrativas fiscalizatórias e dos desdobramentos judiciais, é a razão pela qual o presente Requerimento visa solicitar dados e documentos envolvendo os procedimentos e as ações em curso, mas também os entendimentos adotados pelo Ministério Público do Trabalho em relação a prática de trabalho escravo ou análogas à de escravo no Brasil, suas características, as medidas normativas ou recomendatórias aplicáveis e a linha argumentativa para enfrentamento da prática de trabalho escravo ou análogas à de escravo.

Sala das Comissões, de 2023.

Dep. NILTO TATTO (PT/SP)

Dep. PADRE JOÃO (PT/MG)

Dep. PAULÃO (PT/AL)

Dep. VALMIR ASSUNÇÃO (PT/BA)

Dep. CAMILA JARA (PT/MS)

Dep. GLEISI HOFFMANN (PT/PR)

Dep. JOÃO DANIEL (PT/SE)



Dep. MARCON (PT/RS)

Apresentação: 22/05/2023 10:43:42.463 - CPIMS

REQ n.38/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nilto Tatto e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236358190800>





Requerimento **(Do Sr. Nilto Tatto)**

Requer ao Ministério Público do Trabalho, informações, pesquisas, estudos e documentos pertinentes a processos judiciais, julgados ou em processamento, bem como de procedimentos administrativo e termos de ajustamento de condutas sobre ocorrência de trabalho escravo ou análogas à de escravo no Brasil.

Assinaram eletronicamente o documento CD236358190800, nesta ordem:

- 1 Dep. Nilto Tatto (PT/SP) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Marcon (PT/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. João Daniel (PT/SE) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 4 Dep. Valmir Assunção (PT/BA) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 5 Dep. Padre João (PT/MG) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 6 Dep. Camila Jara (PT/MS) - Fdr PT-PCdoB-PV

